

OBSERVATÓRIO DO TRABALHO EM ALAGOAS: CONTRIBUIÇÃO PARA POLÍTICA PÚBLICA.

LABOR OBSERVATORY IN ALAGOAS: CONTRIBUTION TO PUBLIC POLICY.

Milani, Ana Maria Rita¹

RESUMO

A criação dos observatórios como subsídio à política pública vem se transformando numa prática do governo de Alagoas no período recente. Podemos definir o observatório como a instituição que pretende colaborar com a transformação da área específica desenvolvendo novas tecnologias de monitoramento e rotinas. O estado de Alagoas ainda apresenta taxas de desemprego consideráveis o que faz com que políticas de mitigação sejam prioritárias para o governo. Este artigo tem visa apresentar e caracterizar o Observatório do Trabalho em Alagoas. o observatório disponibiliza diferentes produtos como, por exemplo, relatórios, notas técnicas e boletins através do site, mídias sociais e meios de comunicação, entre outros. Esta prática faz com que o acesso a este conhecimento e ao pensamento crítico se torne um requisito central para a gestão democrática.

Palavras chave: observatório; mercado de trabalho; Alagoas.

ABSTRACT

The creation of observatories as a subsidy for public policy has recently become a practice of the government of Alagoas. We can define the observatory as an institution that aims to collaborate with the transformation of the specific area by developing new monitoring technologies and routines. The state of Alagoas still has considerable unemployment rates, which makes mitigation policies a priority for the government. This article aims to present and characterize the Labor Observatory in Alagoas. The observatory makes different products available, such as reports, technical notes, and bulletins through its website, social media, and communication channels, among others. This practice makes access to this knowledge and critical thinking a central requirement for democratic management.

Keywords: observator; job Market; Alagoas.

¹ Doutora do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2010). Professora Associada da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Alagoas (FEAC-UFAL). Professora do Curso de Mestrado em Economia Aplicada da Universidade Federal de Alagoas (CMEA-UFAL). Coordenadora da Incubadora de Tecnologia Social da FEAC-UFAL. Atualmente, é vice coordenadora do Programa de Pós-graduação em Economia - UFAL. Conselheira do Conselho Estadual de Trabalho e Renda do Estado de Alagoas (CETR-AL). **Email:** anamilani16@hotmail.com

Introdução

A criação dos observatórios como subsídio à política pública vem se transformando numa prática do governo de Alagoas no período recente. O acesso às informações pelos cidadãos quanto à transparência das ações dos governos e das instituições de pesquisa, entre outras, são uma das premissas das democracias representativas; assim as informações devem ser públicas, visíveis para quem quiser acessá-las. Dessa forma, como afirma Beutenmuller (2007), a democracia pode ser compreendida como o governo do visível no qual as ações e informações devem ser de conhecimento de todos. Nesse sentido, Bobbio (1986), sugere que a democracia pode se definir como o governo do público em público. Nas sociedades democráticas a informação é essencial para acompanhar a política pública e a transparência das informações públicas.

Podemos definir o observatório como a instituição que pretende colaborar com a transformação da área específica desenvolvendo novas tecnologias de monitoramento e rotinas de seguimento de dados que colem e divulguem as pesquisas. Assim, os observatórios são criados em várias áreas para desenvolver ferramentas que permitam uma interpretação do andamento da gestão em problemas emergentes. No estado de Alagoas, a Secretaria de Trabalho, Emprego e Qualificação (SETEQ) tem como um de princípios de gestão a busca por soluções para superação das condições sociais adversas através da implantação de políticas na área de emprego e de qualificação.

O estado de Alagoas ainda apresenta taxas de desemprego consideráveis o que faz com que políticas de mitigação sejam prioritárias para o governo. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística (IBGE), Alagoas terminou o ano de 2019 com uma taxa de desemprego de 13,8%, já no mesmo período em 2022 esta taxa diminuiu para 9,3% e no 4º trimestre de 2023 a mesma alcançou uma taxa de 8,9%. Apesar de apresentar uma tendência de diminuição na comparação com os indicadores do período anterior a pandemia da Covid-19, as taxas de desemprego do estado de Alagoas ainda são motivo de atenção e necessitam de intervenção governamental através de políticas públicas voltadas para a geração e expansão do emprego e renda para a população alagoana.

Uma das principais características do mercado de trabalho alagoano é a sua economia pouco diversificada, em que o maior volume de contratações de empregos formais está

concentrado no setor de serviços e no setor sucroalcooleiro. Segundo dados do novo CAGED do Ministério do Trabalho e Emprego, em 2022 o estado de Alagoas registrou 180.048 admissões, 160.695 desligamentos e saldo positivo de empregos formais de 19.353, já em 2023 houve uma melhora dos indicadores de mercado de trabalho do estado, visto que houve um aumento nas admissões (188.200) e no saldo (22.077). Em 2023, o setor econômico que mais contratou foi o setor de serviços (76.254), seguido pelo comércio (42.942) e pela indústria (38.368).

No setor industrial alagoano destaca-se a área de fabricação e refino de açúcar que, no ano de 2023, sozinha foi responsável por cerca de 59% das contratações no setor industrial (22.552). Desta forma a indústria sucroalcooleira e o ciclo produtivo da cana-de-açúcar são importantes componentes da análise do mercado de trabalho do estado, pois, regularmente, nos meses de fevereiro e março são verificados nos dados do CAGED o maior número de demissões, enquanto que nos meses de agosto e setembro, ocorrem o maior número de admissões, variações que são relacionadas ao ciclo produtivo da cana de açúcar.

Este artigo tem como objetivo apresentar e caracterizar o Observatório do Trabalho em Alagoas.

Assim, o Observatório do Trabalho é um instrumento de pesquisa que objetiva subsidiar a política pública na área do trabalho. O objetivo geral do mesmo é subsidiar a SETEQ na construção da política pública do mercado de trabalho e a geração de trabalho e renda. Sendo assim, os objetivos específicos são os seguintes:

- a) produzir notas técnicas sobre a evolução do emprego no estado a partir do Cadastro de Empregados e Desempregados (CAGED);
- b) realizar o monitoramento dos projetos em andamento e sugerir novos projetos segundo as demandas da sociedade assim como também a disponibilidade de financiamento;
- c) subsidiar a elaboração e implementação da Política Nacional de Emprego através do SINE criando indicadores de monitoramento para a gestão e para o Ministério de Trabalho e Emprego;
- d) fornecer assessoramento ao Conselho Estadual do Trabalho.

A existência do Observatório do Trabalho se justifica pelo contexto adverso vivenciado pela economia brasileira que tem mostrado indicadores preocupantes no mercado de trabalho,

como aumento do desemprego e da vulnerabilidade social, tendo uma trajetória de lenta recuperação na década de 2010. Essa lenta recuperação da economia nacional e alagoana requer de políticas estratégicas que busquem diagnosticar e resolver a problemática do desemprego.

Para a SETEQ, o trabalho é a via de superação dessas condições sociais adversas, sendo o caminho da dignidade da vida dos cidadãos. Em função disso, a construção da política pública visará atender as demandas sociais para continuar a melhorar os indicadores sociais. Assim, o Observatório do Trabalho através da construção de indicadores do mercado de trabalho objetivará subsidiar a gestão da política para o estado nas áreas do trabalho e qualificação. A reinstalação das políticas de emprego a nível federal para as instâncias estaduais requer dados, diagnósticos sobre o contexto local que justifica os trabalhos realizados no Observatório de Trabalho.

Além da introdução e a conclusão, este artigo está dividido em três seções. A primeira seção, apresentar-se-á o marco teórico que terá como foco duas linhas de conceito a saber: a política pública e a divulgação da informação. A segunda seção, abordará as características do Observatório do Trabalho em Alagoas e a metodologia implementada. A terceira seção, apresentará os resultados obtidos.

1. Observatórios de Políticas Públicas: Política pública e a divulgação das informações

A divulgação e disseminação de informações é fundamental para o processo de elaboração e acompanhamento das políticas públicas, uma vez que promove a transparência e *accountability* das ações governamentais, a participação social e a tomada de decisões embasadas em evidências. Essa prática possibilita que diferentes atores sociais como cidadãos, gestores, pesquisadores e organizações da sociedade civil, compreendam melhor os problemas públicos enfrentados pela sociedade e colaborem de forma colaborativa na busca por soluções.

Por estar inserida em um campo multidisciplinar que abrange diversas áreas do conhecimento científico e da sociedade, as políticas públicas não possuem um único conceito ou definição, visto que repercutem nas ciências jurídica, social, política e econômica, entre outras. Entre alguns dos principais conceitos de políticas públicas os mais conhecidos são:

- Política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos (Peters, 1986, apud Souza, 2006).
- Política pública é aquilo que o governo escolhe fazer ou não fazer (Dye 1984, apud Souza, 2006).
- Política pública implica responder quem ganha o quê, por quê e que diferença faz (Laswell, 1958, apud Souza, 2006).
- Política pública é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos (Saravia, 2006).

Porém todos estes conceitos possuem características em comum, como por exemplo, eles estão relacionados ao objetivo de solucionar um problema público. Segundo Secchi (2013) todas as políticas públicas possuem como elementos fundamentais a intencionalidade pública e a resposta a um problema público. Para o autor, o problema público é a diferença entre a situação atual e uma situação ideal possível para a realidade pública. E, portanto, “... a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante” (Secchi, 2013, p. 2).

Já para Saravia (2013), entre os componentes comuns das políticas públicas estão o seu aspecto institucional, decisório, comportamental e causal. Para o autor a política é elaborada ou decidida por autoridade formal legalmente constituída no âmbito da sua competência; assim como, é também um conjunto de decisões, relativo à escolha de fins e/ou meios, de longo ou curto alcance, numa situação específica e como resposta a problemas e necessidades; tem seu aspecto comportamental no sentido de que ela implica ação ou inação, fazer ou não fazer nada; e por fim, a política é produto de ações que têm efeitos no sistema político e social.

O processo de elaboração de políticas públicas ou ciclo de políticas públicas é um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes. Apesar de não refletir a dinâmica real do processo, uma vez

que frequentemente as fases estão associadas umas às outras ou se alternam, a simplificação apresentada pelo ciclo é útil para facilitar a análise das complexas situações que envolvem a solução de um problema público. Segundo Secchi (2013), as principais fases do ciclo são: identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção.

Em cada uma destas fases do ciclo de políticas públicas, a gestão da informação e do conhecimento possuem importantes funções, conforme afirma Wersig e Neveling (1975, apud Santos e Cardoso Filho, 2011): Na etapa de criação da agenda, a identificação de sinais tênues no contexto sócio-político e econômico e a conversão de dados dispersos representam um conhecimento estratégico que permite definir a direção a ser seguida nesta etapa do ciclo; Na etapa de formulação de políticas públicas, através da gestão da informação, o Estado com suas capacidades e recursos informacionais, pode utilizar a informação como um recurso estratégico essencial para uma adaptação eficaz às mudanças ambientais que exigem pronta resposta governamental e nas etapas de implementação, análise, avaliação e fiscalização, a gestão da informação e do conhecimento, se fazem necessárias ao monitoramento informacional do ambiente e seu processamento em experiências e práticas documentadas e explícitas.

A disseminação de dados e informações sobre as políticas públicas é essencial para fortalecer a democracia e são fundamentais para que a população possa exercer sua cidadania de forma plena. Por isso, a transparência e o acesso à informação são direitos garantidos pela Constituição Brasileira de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, em seu artigo 5º, Inciso XXXIII: *Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.*

A partir deste direito foi criada a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011) que é um marco para a democracia brasileira, pois regulamenta a divulgação de dados e garante que qualquer cidadão possa solicitar informações de órgãos públicos. Desta forma, a disponibilização de informações públicas fortalece o controle social pois possibilita que cidadãos e instituições da sociedade civil acompanhem e fiscalizem as ações do governo e dos

órgãos públicos, assim como faz com que estes atores se tornem mais aptos a participar das decisões acerca das políticas executadas.

Uma instituição com grande participação para a gestão da informação e do conhecimento produzido pelas políticas públicas desenvolvidas pelos órgãos governamentais são os Observatórios de Políticas Públicas. Tais entidades têm importante papel no processo de elaboração e acompanhamento das políticas públicas uma vez que ao divulgar e disseminar as informações acerca das ações e resultados das políticas públicas executadas pelos governos contribuem para a promoção da transparência e *accountability*, para a tomada de decisões embasadas na realidade socioeconômica e para uma maior participação social nas políticas públicas executadas.

Os Observatórios de Políticas Públicas podem ser definidos como centros de pesquisa, análise de dados e monitoramento que acompanham, avaliam e disseminam informações sobre a implementação e os impactos das políticas públicas. Eles coletam e analisam dados sistematicamente para fornecer uma visão crítica e embasada das ações governamentais, promovendo a transparência e o aprimoramento das políticas por meio de informações acessíveis à sociedade.

Os Observatórios têm como principal contribuição para a área de políticas públicas a produção e disseminação de conhecimento através de pesquisas e da publicação de relatórios e estudos que contribuem para o entendimento das políticas públicas e seus efeitos na realidade local. Essa sistematização de boas práticas e aprendizados possibilita que eles sejam utilizados como referência em outros contextos ou locais, ajudando na criação de políticas mais eficientes e eficazes em âmbito nacional.

Mas o papel destas instituições vai além, pois também fomentam a transparência e *accountability* das ações executadas pelos governos. Através da elaboração e publicação de relatórios que sintetizam os principais dados e resultados das políticas, permite que a população acompanhe as ações do governo e avalie sua eficácia, o que auxilia no fortalecimento da confiança nas instituições e no processo democrático. Além disso, este processo de disseminação de informações permite que a sociedade civil participe ativamente do processo de formulação e acompanhamento de políticas. Quando informados, cidadãos e organizações da sociedade civil podem opinar, sugerir e fiscalizar a execução das ações

públicas, o que auxilia na criação e manutenção de um ambiente colaborativo, inclusivo e democrático.

Por fim, as informações disponibilizadas pelos Observatórios são fundamentais para a tomada de decisão dos administradores públicos, pois dados confiáveis e acessíveis auxiliam os gestores a planejar, implementar, avaliar e monitorar as políticas de forma contínua com base em evidências, aumentando a probabilidade de sucesso destas políticas em atingir o objetivo de atender as demandas da população e solucionar os problemas públicos. Mas não somente isso, através da análise socioeconômica realizada pelos Observatórios é possível também que os administradores públicos identifiquem desafios e oportunidades emergentes, o que amplia a capacidade dos governos de responder de forma proativa a questões sociais atuais.

2. Observatório do Trabalho de Alagoas: funcionamento e metodologia

Em geral, os observatórios podem ser considerados como instituições que realizam várias atividades relacionadas à informação, buscando fortalecer a política pública, especialmente em países onde a questão social se apresenta como um problema para se considerar ao construir ações ou programas da política. Os observatórios se utilizam de vários recursos para disponibilizar a informação de forma simplificada e útil ao cidadão. Os indicadores são um dos principais instrumentos utilizados, tanto por observatórios governamentais, como da sociedade civil, e o crescimento de sua importância está relacionado com a execução da política pública. A política pública, segundo Jannuzzi (2002), vem apresentando contínuas demandas de informações para a formulação de estratégias de desenvolvimento no país, passando a solicitar com maior frequência de indicadores econômicos, sociais, geográficos e ambientais aos estados. Dessa forma, os observatórios em todas as áreas tornam-se necessários para o planejamento da política.

Nesse sentido, Kayano e Caldas (2002) argumenta que existem vários pontos que justificam a construção e uso de indicadores sociais²: a) as exigências de organismos financiadores internacionais no sentido de monitorar os programas e projetos; b) necessidade dos governos de legitimar suas políticas; c) necessidade de democratizar a informação relacionada à realidade social e para a ampliação do diálogo entre sociedade civil e governos nos processos de formulação e definição de agendas. Com este embasamento da política pública é criado o Observatório do Trabalho em Alagoas que, nos aspectos operacionais e de gestão. Assim, o Observatório de Trabalho de Alagoas teve diferentes fases que visaram atingir os objetivos e princípios que guiam a criação, nas quais se utilizam diferentes técnicas que se aplicam a uma série de atividades. Assim pode-se elencar as seguintes etapas:

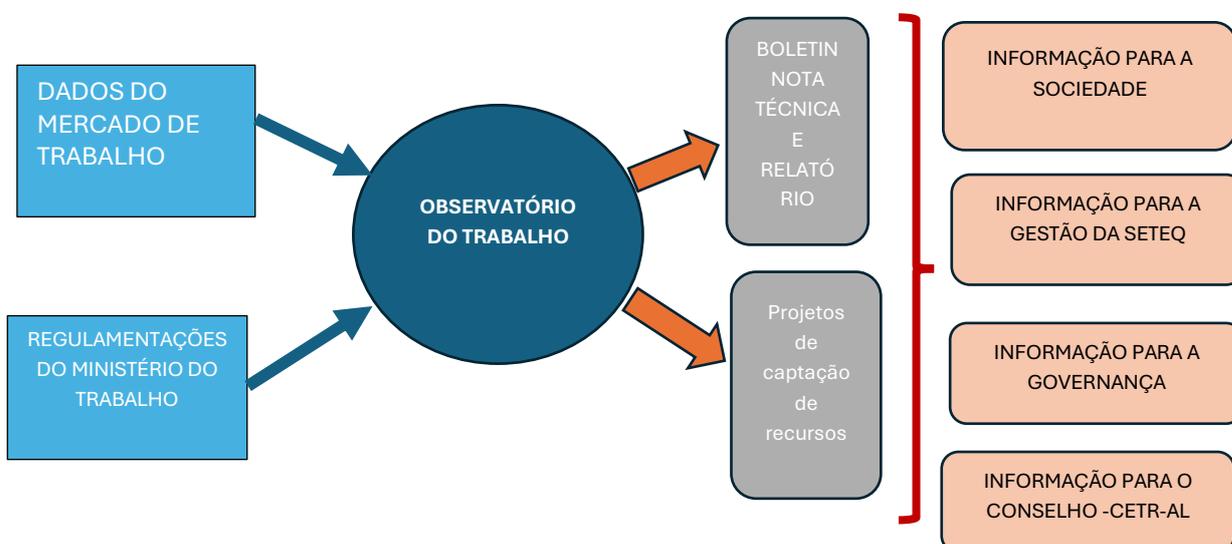
1. A primeira etapa procurou-se uma aproximação do conhecimento e elaboração do planejamento dos trabalhos, da elaboração e da gestão dos projetos que tem como escopo o mercado de trabalho.
2. A segunda etapa esteve relacionada com o planejamento das ações a serem executadas pela equipe, estabelecendo tarefas, prioridades e duração das etapas do mesmo, as quais estavam alinhadas com a gestão de governança da SETEQ.
3. Dentro da segunda etapa, realizou-se o controle de entrega de produtos segundo cronograma da SETEQ para as diferentes instâncias.
4. A terceira etapa está relacionada ao controle dos processos e o monitoramento dos projetos e “produtos” a serem executados. Nesta fase é importante identificar atividades críticas e gargalos que interferem no andamento dos processos.
5. A captação e construção do Plano de Trabalho do SINE requereu de etapas especiais que se adequam à normativa da política nacional do SINE
6. A ideia de cooperação institucional entre Secretarias do governo do estado tem sido de grande ajuda no suporte da gestão da SETEQ e da construção da política, foram realizadas reuniões de articulação com diferentes órgãos como, por exemplo, AMGESP, SEPLAG, Secretaria da Mulher, Secretária do Cooperativismo, etc.

Pode-se observar que as práticas realizadas seguindo a metodologia pautada e as fases elencadas acima, geraram o seguinte fluxo de processos para a obtenção de produtos e

² Segundo Jannuzzi (2001), índice ou indicador social pode ser entendido como uma medida, em geral quantitativa, cuja finalidade é substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito derivado de uma teoria social. Seu aspecto prático é contar algo a respeito da realidade social e sobre as mudanças que ocorrem sobre esta realidade.

resultados, como ilustra a Figura 1.

Figura 1 – Observatório do Trabalho: fluxo de produção de produtos.



Fonte: elaborado pelas autoras (2024).

2.1 Metodologia aplicada

No caso do Observatório do Trabalho em Alagoas, a pesquisa foi de natureza quantitativa, na qual foi tratado um conjunto de variáveis escolhidas para análise a partir da literatura correspondente às políticas públicas que tenham como universo o mercado de trabalho. O universo pesquisado foi o conjunto de informações relacionadas ao Ministério de Trabalho e Emprego (MTE), tanto dados empíricos quanto os dados oriundos da execução dos programas, normativas e legislação vigente para conseguir participar de políticas públicas a nível nacional. Além disso, foram considerados dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no âmbito do emprego e desemprego. Sendo este um projeto de tipo multidisciplinar podemos dividir ele em dois eixos, com fonte de dados diferentes que são as seguintes:

2.2 Fonte dos dados

Para realização dos relatórios mensais foram utilizados os dados de origem primário do Ministério de Trabalho e Emprego (MTE), fundamentalmente dados do novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (novo CAGED), assim como também dados do desemprego (PNAD contínua). Estes dados são trabalhados e apresentados em gráficos e tabelas que permitem interpretar a realidade socioeconômica do estado de Alagoas de forma descritiva, em forma de relatório mensal e boletim semestral. A análise tabular e descritiva

refere-se a um método de apresentação dos dados estatísticos (mediante o uso dos dados organizados na forma de distribuição percentual), onde se consegue exibir os resultados referentes a um determinado assunto em um só local, sinteticamente, de forma que se tenha uma visão mais geral daquilo que se pretende analisar. A pesquisa descritiva possibilita, por meio das análises dos dados coletados na amostra e agrupados em tabela, descrever as características e atributos de determinada população ou fenômeno, a fim de atender todos os objetivos que constituem o estudo (GIL, 1987).

Assim, o relatório mensal mostra dados conjunturais do andamento do mercado de trabalho como, por exemplo, admissões e desligamentos, setores produtivos que contratam no período, caracterização social desses trabalhadores, assim como também dados regionais.

O Boletim semestral, mostra a evolução das variáveis do mercado de trabalho e desemprego, fazendo comparação com diferentes períodos, visando subsidiar a gestão das políticas da SETEQ.

2.3 Fonte de dados da execução dos programas

A metodologia que se aplica para a elaboração de projetos toma como base a realidade concreta para poder detectar as demandas sociais e assim perceber quais são as áreas que devem focar os programas da SETEQ. Fundamentalmente, ter-se-ia a interação com o Conselho Estadual do Trabalho que é o espaço de participação da sociedade, instituições e órgãos estaduais, o que facilita o diálogo para favorecer a eficácia na obtenção dos resultados.

Para tanto, neste projeto também visar-se-á o monitoramento da gestão dos projetos que já foram implementados na SETEQ, tanto estaduais quanto nacionais. O subsídio previsto aos projetos nacionais é fundamental no que tange à execução dos mesmos para obter os resultados previstos.

Além disso, no final do projeto se realizará uma análise global das ações como forma de auto avaliação da gestão e resultados. Assim, essas fontes de dados darão suporte à elaboração de relatórios técnicos que mostrarão o andamento do mercado de trabalho e da gestão da política pública.

2.3 Resultados do Observatório do Trabalho

Nesta seção são apresentados os principais resultados obtidos pelo Observatório do Trabalho, resultados estes que ressaltam o atingimento dos objetivos iniciais do Observatório e seu papel no aperfeiçoamento das políticas públicas de emprego e renda executadas pelo governo do estado de Alagoas.

Entre os principais resultados estão:

- A produção e a disponibilização à população alagoana de 09 relatórios analíticos mensais (Boletins) sobre emprego no estado de Alagoas a partir das informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
- A produção de diversos relatórios acerca da gestão da rede Sistema Nacional de Emprego (SINE) no estado de Alagoas;
- O fornecimento de subsídio para o planejamento da gestão da Política Pública Estadual do Trabalho, Emprego e Renda através de assessoria técnica qualificada e especializada;
- A elaboração de 06 projetos para Política Nacional de Emprego e Renda do Sistema Nacional de Emprego (SINE) as quais visavam captar recursos financeiros federais para Gestão e Manutenção da Rede SINE através da Plataforma Transfere Gov;
- O fornecimento de assessoramento técnico qualificado e especializado na execução dos projetos Catamais Alagoas, política pública voltada para a geração de emprego e renda de catadores de material reciclável, como forma subsidiar a metodologia de implementação.
- A elaboração e apresentação de artigo científico no IV Congresso de Pesquisadores em Economia Solidária (CONPES) que foi realizado na Universidade de São Paulo (USP) nos dias 28 a 30 de agosto de 2024, em que foram divulgados os principais resultados do Projeto Catamais, na forma de disseminação de práticas e contribuição para a ciência;
- A realização de atividades de monitoramento e avaliação da gestão da Nova Política da rede SINE Alagoas de captação de vagas emprego em Alagoas;
- O fornecimento de assessoramento técnico qualificado e especializado para realização de processos de prestação de contas das políticas públicas de emprego da rede SINE Alagoas.

Estes resultados permitiram organizar e melhorar a informação sobre o mercado formal em Alagoas para caracterizar a realidade e conseguir subsidiar na elaboração dos projetos e políticas públicas que visam melhorar as condições socioeconômicas da sociedade alagoana e dar ferramentas de geração de renda para os grupos que assim o necessitem.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo caracterizar o Observatório do Trabalho em Alagoas. Pode-se observar que a informação produzida está voltada para os subsídios de atores sociais, como por exemplo, gestores, sociedade civil, conselhos, entre outros. A informação parece ser o objetivo principal do Observatório do Trabalho, servindo ao Estado como à sociedade, atuando no sentido da transparência e na diminuição da assimetria de informações entre estas duas esferas. No entanto, o Observatório do Trabalho de Alagoas também fornece subsídio para a construção de projetos que buscam captar fundos junto ao Ministério do Trabalho, transformando esta prática numa inovação que fortalece a política pública na área do emprego.

Com relação à disseminação da informação, o observatório disponibiliza diferentes produtos como, por exemplo, relatórios, notas técnicas e boletins através do site, mídias sociais e meios de comunicação, entre outros. Esta prática faz com que o acesso a este conhecimento e ao pensamento crítico se torne um requisito central para a gestão democrática.

Por fim, neste artigo buscamos evidenciar os principais aspectos do Observatório do Trabalho em Alagoas justificando-se a importância de futuros trabalhos que forneçam subsídio à política pública na área do mercado de trabalho.

Referências

BEUTTENMULLER, G. **Observatórios locais de políticas públicas no Brasil: seu papel na produção, disseminação e transparência das informações.** 2007

BOBBIO, N. **O Futuro da Democracia; uma defesa das regras do jogo**. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986b. Coleção pensamento crítico, vol. 63.

GIL, Antônio. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. Edição. SÃO PAULO. EDITORA ATLAS S.A. 1987.

KAYANO, J.; CALDAS, E. de L. Indicadores para o diálogo. In: Spink, P.K.; Bava, S. C.; Paulics, V. (org.). **Novos contornos da gestão local: conceitos em construção**. São Paulo: Instituto Pólis / Programa Gestão Pública e Cidadania – EAESP/FGV, 2002, p.291-307.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes e aplicações**. Campinas: Alínea / PUC-Campinas, 2001.

SANTOS, Marcia Mazo; CARDOSO FILHO, Jair Cunha. Informação e políticas públicas: responsabilidade social da Ciência da Informação. **Biblios**, n. 45, p. 28-39, 2011.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. Cengage Learning, 2013.

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. **Políticas públicas: coletânea. Brasília: ENAP**, v. 1, p. 28-29, 2006.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, p. 20-45, 2006.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em:< <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>>. Acesso em: 28 de outubro de 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. **Novo CAGED**. Brasília, 2024. Disponível em:<<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/novo-caged/novo-caged-2024/junho>>. Acesso em: 28 de outubro de 2024.